

Propostas Finais da 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes de São Paulo	
(organizadas de acordo com os eixos da COMIGRAR)	
#	Eixo I: Igualdade de Tratamento e Acesso a Serviços e Direitos
1	Construir política pública de atendimento à imigrantes dentro da rede de assistência social do município, como casas de acolhida e equipamentos públicos, bem como garantir sua manutenção.
2	Qualificação para o atendimento à imigrantes, refugiados, solicitantes de refúgio, portadores de visto humanitário e migrantes em situação de rua nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), na região em que estas comunidades estão presentes, reservando cotas de atendimento e benefícios, incluindo atenção à população de rua e carcerária, respeitando sua diversidade cultural e sexual.
3	Implementar políticas públicas de Assistência Social e econômicas específicas para migrantes como obtenção do benefício LOAS, programa de acesso à renda, moradia, educacional, bilhete único de transporte gratuito, especialmente para aqueles em situação de visto humanitário e de refúgio.
4	Desburocratização e flexibilização dos cartórios, juntas comerciais, delegacias, Polícia Federal e outros órgãos em relação ao reconhecimento dos documentos de imigrantes.
5	Padronizar os procedimentos de concessão de vistos, autorização e emissão de documentos, tendo em vista tornar mais eficiente a burocracia existente e capacitar servidores em todos os setores e esferas de Governo (municipais, estaduais, federais) na temática migratória, incluindo o aprendizado de línguas estrangeiras.
6	Garantir a imigrantes o acesso a programas sociais já existentes, por meio de desburocratização no acesso aos documentos requeridos.
7	Adotar como documento oficial para emissão de pedidos de vistos em geral uma certidão que contenha os dados pessoais da(o) solicitante e número de protocolo, emitida de forma imediata e válida em todo o território nacional, com a finalidade de extinguir o formato precário dos protocolos atuais.
8	Garantir orientação e atendimento para a obtenção de todo tipo de documentação em órgãos civis descentralizados e acessíveis nos municípios e estados.
9	Isentar ou reduzir as taxas administrativas cobradas de imigrantes de forma a evitar intermediários e assegurar direitos. Garantir direito de regularização a pessoas que tiveram episódios de conflito com a lei.
10	Acelerar processo de regularização migratória com o auxílio de estagiários das áreas de direitos humanos, em toda as instâncias, para diminuir o tempo de espera.
11	Promover igualdade de direitos para os imigrantes permanentes, especialmente na obtenção de segunda via de documentos, para que possam ser retirados em órgãos civis descentralizados e acessíveis nos municípios e estados, com taxas e tempo de expedição iguais aos aplicados a brasileiros.
12	Criar agência nacional, civil, com presença em todas as unidades da federação, com competência para execução da política nacional de imigração e substituindo a polícia federal. Este órgão deve garantir o bem estar e a rápida coordenação do processo documental de imigrantes e refugiados, criando mecanismos de atendimento presencial e online e definindo prazo limite para respostas.
13	Presença urgente de tradutores e intérpretes das principais línguas faladas por imigrantes nas unidades de saúde do município onde há a presença significativa de imigrantes morando ou trabalhando.
14	Incorporar as propostas para imigrantes sedimentadas pela 17ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo nas políticas públicas de saúde municipal, estadual e federal.
15	Garantir o acesso das crianças, jovens e pessoas adultas imigrantes e refugiadas na rede de ensino público, em todos os níveis, sem exigência de documento de identidade no Brasil: por meio da desburocratização no reconhecimento das atividades escolares e diplomas do país de origem (incluindo de nacionais que estudaram fora); fomento à participação de imigrantes e refugiados nos conselhos escolares; adequação dos horários à realidade vivida por imigrantes (caso da Educação de Jovens e Adultos, por exemplo); combate à xenofobia e ao racismo a partir da valorização da cultura de origem de alunos; efetivo comprometimento da Secretaria Municipal de Educação com este tema.
16	Padronizar, simplificar e uniformizar os procedimentos, em todo território nacional, para o reconhecimento de diplomas estrangeiros nos órgãos responsáveis, inclusive em instituições de ensino públicas e privadas; estabelecer procedimento urgente e imediato para regularização de todos estudantes estrangeiros.
17	Criação de uma rede de profissionais, consultores e colaboradores em várias áreas (como saúde, educação, tradução, entre outras) dentre imigrantes residentes e nacionais que possam ser contactados para auxílio no atendimento à imigrantes nos órgãos competentes das esferas municipal, estadual e federal.
18	Dar cumprimento aos acordos com o Ministério do Trabalho e criar nas subprefeituras espaço de atendimento a migrantes.
19	Adotar uma legislação nacional para a proteção dos apátridas e regulamentar condição de apátrida.
20	Aprovar uma nova lei federal de migrações, com base nos direitos humanos, com unificação dos projetos de lei nº 5655/2009 e 288/2013, sem prejuízo do trâmite já feito. Garantir também a ratificação da Convenção da ONU pelos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias.
21	Garantir a toda pessoa migrante o direito de trabalhar e estudar independentemente do tipo de visto de entrada no Brasil ou da forma pela qual aqui chegou, e que toda transformação de visto seja possível sem sair do país.
22	Criação de ouvidoria e também serviço de apoio e orientação à imigrantes (em pólos de atendimento nas subprefeituras) com profissionais nas áreas sociais (serviços social, direito, pedagogia, psicologia, entre outros) para a orientação, capacitação para trabalho, encaminhamento a órgãos, serviços públicos e ONGs que atuam na temática migratória.
Eixo II: Inserção Social, Econômica e Produtiva	
23	Conceder documento imediatamente após chegada no Brasil, pois o protocolo expedido atualmente não garante acesso ao mercado de trabalho.
24	Que seja emitido e entregue a todas as pessoas migrantes, no ato do pedido, certificação garantindo acesso a trabalho, sistema bancário e instituições de ensino.
25	A partir do mapeamento local, reconhecer as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e outros equipamentos de saúde como sendo interculturais, garantindo a participação de imigrantes, refugiados e solicitantes de refúgio nos seus Conselhos Gestores, possibilitando a contratação de agentes de saúde imigrantes, distribuição de material educativo em diversas línguas e com conscientização da população e das(os) trabalhadoras(es).
26	Capacitação profissional de imigrantes com as instituições existentes e articulação com instituições de ensino qualificadas, que possibilite a instrução através da aquisição de conhecimentos gerais (Administração e Direito), que possibilitem a mobilidade social dos imigrantes, usando como exemplo o projeto piloto entre SEBRAE e o Consulado peruano; flexibilização da documentação exigida para os cursos.
27	Garantir o acesso à escolarização e à permanência nos locais de ensino de imigrantes com deficiência, cumprindo toda a legislação nacional vigente.
28	Modificar legislação vigente de forma a garantir que estudantes estrangeiros possam exercer atividade remunerada.
29	Realizar o mapeamento das comunidades migrantes no município de São Paulo, como fonte de dados para as políticas públicas.
30	Incluir no Censo e em outros mecanismos de pesquisa aplicada pelo IBGE o mapeamento da população migrante.
31	Facilitar a obtenção de visto de trabalho para refugiados e solicitantes de refúgio, de forma que o refúgio se torne de fato uma proteção do indivíduo e não algo para contrabalancear a diplomacia.
32	Criar agências de emprego, que tenham na sua rede só empresas certificadas, que orientem trabalhadores imigrantes na procura de trabalho. O número de agências deve ser proporcional ao número de imigrantes estabelecido nos locais onde eles se concentram.
33	Mapear todas as instituições públicas que atendem imigrantes e promover a construção de uma rede para divulgação de campanhas e informações, através das mídias escritas, virtuais e televisivas sobre a temática migratória.
34	Conceder a Carteira de Trabalho a toda(o) migrante, independente do protocolo de pedido de refúgio ou do visto, e sua expedição deve ser descentralizada nos órgãos municipais e estaduais.
35	Garantir o curso de português para estrangeiros de forma ampla, envolvendo toda a rede pública de educação de forma capilar. Além disso, garantir curso de formação/capacitação em idiomas estrangeiros para servidores públicos, capacitando-os para o atendimento à imigrantes.
36	Criar centros de línguas, especialmente para o ensino de português para estrangeiros, nas 32 subprefeituras de São Paulo.
37	Criar centro de referência em estudos migratórios nos níveis municipal, estadual e federal, no intuito de fomentar as mais variadas pesquisas sobre a temática, além de acumular dados que possam contribuir com o desenvolvimento de políticas públicas específicas para esta população.
Eixo III: Cidadania Cultural e Reconhecimento da Diversidade	
38	Criar Coordenadoria de Cultura do Imigrante na Secretaria Municipal de Cultura para assessoria e subsídios para projetos culturais, assim como criação de editais específicos para projetos culturais.

39	Garantir, valorizar e contemplar a diversidade linguística, inclusive libras, nos currículos escolares do ensino fundamental e médio, respeitando o fluxo migratório local por meio de: abertura de concurso público para professores e professoras de línguas estrangeiras e libras, garantindo seu ensino e aprendizagem; criação de bibliotecas e filmotecas multilíngues, com livros e materiais diversos; inserção de profissionais imigrantes por meio de um sistema de avaliação profissional.
40	Promover formação continuada para capacitação de agentes responsáveis pelos serviços públicos para o convívio com a diversidade cultural e linguística por intermédio de parcerias com os grupos de pesquisa sobre imigração e culturas migrantes já existentes, consulados e associações de migrantes.
41	Ceder espaços na cidade para sediar associações de imigrantes com projetos culturais.
42	Reservar espaço no espectro radioelétrico para mídias de migrantes, com reserva orçamentária destinada ao apoio para estas mídias.
43	Possibilitar a inclusão de grupos culturais de migrantes de diferentes países nas políticas de desenvolvimento cultural mediante: abertura de editais para promover a produção cultural e intelectual de migrantes e ampliar programas de incentivos já existentes; reconhecimento e divulgação, por todas as esferas do poder público, dos eventos de grupos de migrantes dentro da agenda cultural da cidade; reconhecimento e regulamentação das feiras culturais de imigrantes, como a feira da Rua Coimbra, Kantuta, Patujú, Penha e outras.
44	Reconhecer e valorizar a presença de imigrantes oriundos de países africanos na criação de mecanismos para fortalecer a aplicação da lei 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no Ensino Brasileiro, para valorização de culturas africanas e combate ao racismo, xenofobia e todas as formas de discriminação.
45	Flexibilizar regras para possibilitar a participação de grupos e pessoas imigrantes nos editais de fomento à cultura.
46	Abrir espaços nas mídias públicas (ex.: canais públicos de TV) para atrações de temática migrante realizadas pelas comunidades migrantes, bem como incentivo às mídias comunitárias migrantes já existentes (jornais, periódicos e emissoras de rádio).
47	Qualificação, sensibilização e capacitação dos e das profissionais dos serviços públicos de diferentes setores (saúde, educação, segurança, entre outros) quanto aos direitos de imigrantes e respeito à cultura destes, evitando assim xenofobia, bullying, racismo e qualquer tipo de discriminação.
Eixo IV: Abordagem e Violações de Direitos e Meios de Prevenção e Proteção	
48	Promover a discussão e orientar sobre o trabalho escravo. Divulgar direitos laborais de imigrantes nas redes sociais, nas redes de vagas de emprego e em rádios comunitárias. Requalificação profissional com preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o vestibular, acesso às escolas técnicas e universidades.
49	Reconhecer e valorizar o trabalho de mulheres e homens migrantes, garantindo os direitos trabalhistas e previdenciários conforme legislação vigente, humanizando o trabalho independentemente de documentação.
50	Criar uma Ouvidoria ou outro mecanismo de atendimento direto ao cidadão, exclusivo para atender e orientar casos de violação de direitos humanos de migrantes.
51	Qualificar e sensibilizar os equipamentos públicos para atenção às mulheres imigrantes e refugiadas vítimas de violência de gênero, doméstica, obstétrica, sexual, econômica, familiar, laboral, entre outras, respeitando a diversidade cultural, religiosa e sexual, garantindo a aplicação da Lei Maria da Penha para todas as mulheres migrantes; elaborar material em diversos idiomas com ampla distribuição e assistência jurídica especializada; garantir acesso a abrigos e moradia para mulheres em situação de risco; incluir parto humanizado para mulheres migrantes, mediante a criação de casas de parto e divulgação das casas; respeitar e incentivar a valorização da multiculturalidade e ancestralidade das culturas.
52	Criar mecanismo permanente de concessão de proteção humanitária para pessoas em situação de vulnerabilidade que não se enquadram no conceito de refugiado.
Eixo V: Participação Social e Cidadã, Transparência e Dados	
53	Apoiar a PEC 347/2013: proposta de emenda constitucional para direito ao voto e direito a candidaturas ("ser votado") nos processos políticos para todos os imigrantes.
54	Aquisição do direito a votar e ser votado para imigrantes com dois anos (ou mais) de direito à residência permanente, reconhecimento pleno dos direitos políticos de imigrantes, com direito a votar, ser votado, e organizar-se em sindicatos.
55	Instituir um Comitê Municipal de Imigrantes, com representação majoritária de imigrantes, com participação de organizações locais do terceiro setor que atuam na temática.
56	Criar mecanismo que congregue, contabilize e conecte as instituições organizadas por migrantes para fins de trocas de experiências e das melhores práticas quanto a ações de melhorias de vida dessas comunidades, que atue na divulgação das atividades culturais e sirva de plataforma de formação sobre a atuação de cada uma das organizações, de forma que contribua para a capacitação de agentes públicos em geral quanto às questões dos migrantes.
57	Demandar a revisão de processos de tramitação e transformação de vistos, visando sua facilitação e revogação da necessidade de sair do país para a sua transformação. O processo para todos os trâmites de documentação de estrangeiros deve ser transparente, detalhado por escrito em diversas línguas e disponibilizado na entrada dos órgãos competentes, em versão online e outras mídias. Toda decisão de indeferimento deve ser pública e motivada. Garantir que os processos seletivos não exijam documentação excessiva ou impraticável como forma de proibir, dificultar ou impedir a participação de migrantes.

Propuestas Finales de la 1ª Conferencia Municipal de Políticas para Inmigrantes en Sao Paulo	
(organizadas de acuerdo con los ejes de la COMIGRAR)	
#	Eje I: Igualdad de trato y de acceso a servicios y derechos
1	Establecer políticas públicas para los inmigrantes dentro de la red de asistencia social del municipio, como centros de acogida y equipamientos públicos para migrantes, así como garantizar su mantenimiento.
2	Calificación de la atención a inmigrantes, refugiados, solicitantes de asilo, los portadores de visas humanitarias e inmigrantes sin abrigo dentro de los Centros de Referencia de Asistencia Social (CRAS), en las regiones donde estas comunidades están presentes, con cuotas para la atención y los beneficios, incluida la atención a las personas en la calle y la cárcel, con respeto a su diversidad cultural y sexual.
3	Implementación de políticas públicas para asistencia social y económica específicas para migrantes, como la obtención del LOAS y ingreso a programa de acceso de vivienda, educación, el billete único de transporte gratuito, especialmente para aquellos en situación de visa humanitaria y refugiados.
4	Desburocratización y una mejor flexibilidad en las oficinas notariales, juntas de comercio, las policías militar, civil y federal y otras agencias con relación al reconocimiento de los documentos de los inmigrantes.
5	Estandarizar los procedimientos de expedición de visados, autorización y emisión de documentos con el fin de hacer más eficiente la burocracia y la autonomía de los servidores existentes en todos los sectores de gobierno (municipal, estatal, federal) en el tema migratorio, incluyendo el aprendizaje de idiomas extranjeros.
6	Garantizar el acceso de los inmigrantes a los programas sociales existentes tras la desburocratización de los documentos requeridos.
7	Adoptar como documento oficial para la emisión de las solicitudes de visa un certificado general con los datos personales del candidato y número del protocolo, publicado inmediatamente y válido en todo el país, con la finalidad de extinguir el formato precario de los protocolos actuales.
8	Garantizar orientación y asesoramiento para obtener todo tipo de documento en agencias civiles descentralizadas y accesibles en las ciudades y estados.
9	Eximir o reducir las tasas administrativas cobradas de los inmigrantes para evitar los intermediarios y asegurar derechos. Garantizar derecho de regularización a personas que han tenido algún conflicto con la ley.
10	Accelerar el proceso de regularización migratoria con la ayuda de estagiários en las áreas de derechos humanos, en todas las instancias, para reducir el tiempo de espera.
11	Promover la igualdad de derechos de los inmigrantes permanentes, especialmente en la obtención de documentos duplicados, para que puedan ser retirados en las agencias civiles descentralizadas y accesibles en las ciudades y los estados, con las tasas y tiempo de envío iguales que para los brasileños.
12	Crear agencia nacional, civil, con presencia en todas las unidades de la federación, responsable por la aplicación de la política nacional en materia de inmigración, sustituyendo la policía federal. Este órgano debe garantizar el bienestar y la coordinación rápida del proceso documental de los inmigrantes y refugiados, la creación de mecanismos de asistencia personal y online, y el establecimiento de plazos para las respuestas.
13	Presencia urgente de traductores e intérpretes de los principales idiomas de los inmigrantes en las unidades de salud del municipio, cerca de donde haya una presencia significativa de inmigrantes que viven o trabajan.
14	Incorporar las propuestas para los inmigrantes sedimentadas por la 17ª Conferencia Municipal de Salud de São Paulo en las políticas públicas en materia de salud local, estatal y federal.
15	Garantizar el acceso de los niños, los jóvenes y los adultos migrantes y refugiados en el sistema de educación público, en todos los niveles, sin la exigencia de un documento de identidad brasileño, por medio de la desburocratización en el reconocimiento de los títulos y de las actividades escolares en el país de origen (incluso el nacional que estudió en el extranjero); fomentar la participación de los inmigrantes y refugiados en los consejos escolares, la adaptación de los horarios a la realidad vivida por los inmigrantes (caso de la juventud y la educación de adultos, por ejemplo); combatir la xenofobia y al racismo desde la valoración de cultura de origen de los estudiantes; efectivo compromiso de la Educación Municipal con este tema.
16	Estandarizar y simplificar los procedimientos para el reconocimiento de los títulos extranjeros en las instituciones brasileñas, incluidas las instituciones educativas públicas y privadas. Establecer el procedimiento para la regularización urgente e inmediata de todos los estudiantes extranjeros.
17	Creación de una red de consultores y empleados profesionales de diversas áreas (tales como la salud, la educación, la traducción, etc) entre los inmigrantes residentes y nacionales que pueda ser contactada para ayudar a atenderles a los inmigrantes en los órganos competentes de los niveles locales, estatales y federales.
18	Cumplir con los acuerdos con el Ministerio de Trabajo y crear espacios de atención para los migrantes en las subprefeituras.
19	Adoptar una legislación nacional para la protección de los apátridas y reglamentar el status de la apatridia.
20	Aprobar una nueva ley federal de inmigración, basada en los derechos humanos, con la unificación del proyecto de ley nº 5655/2009 y 288/2013, sin lesión a los procedimientos ya realizados. Garantizar también la ratificación de la Convención de la ONU sobre los Derechos de los Trabajadores Migratorios y sus Familias.
21	Asegurar a toda persona migrante el derecho al trabajo y al estudio, independientemente del tipo de visa de entrada a Brasil o de la forma con que lleguen aquí, y que todo el procesamiento de la visa sea ejecutable sin salir del país.
22	Creación del defensor del pueblo y también el apoyo de servicio y orientación a los inmigrantes (en espacios de las subprefeituras) con profesionales en las áreas sociales (servicios sociales, derecho, pedagogía, psicología, entre otros) para la orientación, formación para el trabajo, la remisión a las agencias, servicios públicos y organizaciones no gubernamentales que trabajan con el tema de la inmigración.
	Eje II: Inserción Social, Económica y Productiva
23	Otorgar documento inmediatamente después de su llegada a Brasil, porque el protocolo actual no garantiza acceso al mercado laboral.
24	Que sea emitida y entregada a todos los migrantes, inmediatamente después de la solicitud, certificación que garantiza el acceso al trabajo, sistema bancario y a las instituciones educativas.
25	Reconocer las Unidades Básicas de Salud (UBS) y otros servicios de la salud como interculturales, asegurando la participación de los inmigrantes, los refugiados y los solicitantes de asilo en sus consejos de administración, lo que permite la contratación de trabajadores inmigrantes para la salud, distribución de materiales educativos en varios idiomas, más allá de la concientización de la población y los trabajadores.
26	Formación profesional de los inmigrantes con instituciones existentes y la articulación con instituciones educativas cualificadas, lo que permita su instrucción tras la adquisición de conocimientos generales (como Administración y Derecho), los cuales permitan la movilidad social de los inmigrantes, utilizándose como ejemplo el proyecto piloto entre SEBRAE y el Consulado peruano, facilitando la documentación requerida para los cursos.
27	Garantizar el acceso a la educación y permanencia en los centros de educación a los inmigrantes con discapacidad, en plena conformidad con la legislación nacional existente.
28	Modificar la legislación vigente para asegurar a que los estudiantes extranjeros puedan desempeñar una actividad remunerada.
29	Realizar el mapeo de las comunidades de migrantes en el municipio de São Paulo, como fuente de datos para las políticas públicas.
30	Añadir al Censo y otros mecanismos aplicados por el IBGE el mapeo de la población migrante.
31	Facilitar la obtención de las visas de trabajo para los refugiados y los solicitantes de refugio, por lo que el refugio se convierta en protección del individuo de hecho, y no un contrapeso para la diplomacia.
32	Crear agencias de empleo, que tengan en su red sólo las empresas certificadas para guiar los trabajadores migrantes en busca de trabajo. El número de agencias debe ser proporcional a los inmigrantes establecidos en los lugares donde se concentran.
33	Mapear todas las instituciones públicas que atienden a los inmigrantes y promover la construcción de una red para la difusión de campañas de información, por medio de escritos, medios virtuales y televisión sobre el tema de la inmigración.
34	Conceder Carteira de Trabajo a todo migrante, independientemente del protocolo de petición de refugio o visto, y que su expedición sea descentralizada hacia las agencias municipales y estatales.
35	Asegurar curso de Portugués para extranjeros ampliamente, con la participación de las instituciones públicas de educación de forma capilar. Además, asegurar curso de capacitación/formación en lenguas extranjeras para los empleados públicos, lo que se les permita atender a los inmigrantes.
36	Crear centros de idiomas, especialmente para la enseñanza de Portugués para extranjeros, en las 32 subprefeituras de São Paulo.
37	Crear centro de referencia para los estudios sobre migración en los niveles municipal, estatal y federal, a fin de fomentar la investigación más amplia sobre el tema, además de la acumulación de datos que puedan contribuir con el desarrollo de políticas específicas para esta población.
	Eje III: Ciudadanía Cultural y Reconocimiento de la Diversidad
38	Crear Coordinación de Cultura de los Inmigrantes en Secretaria Municipal de Cultura para el asesoramiento y subvenciones para proyectos culturales, así como la creación de los llamamientos públicos ("editais") específicos de proyectos culturales.

39	Garantizar, mejorar y contemplar la diversidad lingüística, incluso la de Libras, en los programas escolares de educación primaria y secundaria, respetando la migración local por medios de: apertura de concursos públicos para maestros y profesores de lenguas extranjeras y de Libras, lo que garantiza la enseñanza y el aprendizaje; creación de bibliotecas y filmotecas multilingüales con libros y diversos materiales; integración de los inmigrantes profesionales en un sistema de evaluación profesional.
40	Promover la educación continua para capacitar a las personas en los servicios públicos responsables por la interacción con la diversidad cultural y de lenguas, por medio de alianzas con grupos de investigación sobre la inmigración y culturas migrantes ya existentes, consulados y las asociaciones de migrantes.
41	Asignar espacios en la ciudad para acoger a las asociaciones de inmigrantes con proyectos culturales.
42	Reservar espacio en el espectro radioeléctrico para medios migrantes, con reserva del presupuesto para apoyar a estos medios de comunicación.
43	Habilitar la inclusión de los grupos culturales de los migrantes de diferentes países tras políticas culturales para el desarrollo: la apertura de los anuncios para promover la producción cultural e intelectual de los migrantes y ampliar los programas de incentivos existentes; reconocimiento y divulgación por todas las esferas de gobierno, los acontecimientos de los grupos de migrantes dentro de la agenda cultural de la ciudad; reconocimiento y la regulación de ferias culturales inmigrantes, como la feria de la Rua Coimbra, Kantuta, Patujú, Penha y otros.
44	Reconocer y valorar la presencia de inmigrantes de países africanos a establecer mecanismos para fortalecer la aplicación de la ley 10.639/2003 que modifica la Ley de Directrices y Bases (LDB) en la educación brasileña, el aprecio por las culturas africanas y la lucha contra el racismo, la xenofobia y todas las formas de discriminación.
45	Normas flexibles que permitan la participación de grupos de inmigrantes y las personas en los proyectos de ley para fomentar la cultura.
46	Apertura de espacios en los medios públicos (por ejemplo, los canales de televisión pública) para las atracciones de temática migrante hechas por las comunidades migrantes, así como fomentar los medios de comunicación de inmigrantes ya existentes (periódicos, revistas y estaciones de radio) .
47	Cualificación, sensibilización y formación de los profesionales y los servicios públicos de los diferentes sectores (salud, educación, seguridad, etc) en cuanto a los derechos de los inmigrantes y respetar la cultura de estos, evitándose así la xenofobia, el acoso escolar, el racismo y la discriminación de cualquier tipo.
Eje IV: Enfoque y Violaciones de los derechos y medios de prevención y protección	
48	Promover la discusión y orientación sobre el trabajo esclavo. Promoción de los derechos laborales de los inmigrantes en las redes sociales, las redes de los puestos de trabajo y las radios comunitarias. Reentrenamiento en preparación para el Examen Nacional de Bachillerato (ESM) y la entrada, el acceso a las escuelas técnicas y las universidades.
49	Reconocer y valorar el trabajo de las mujeres y los hombres migrantes, garantizando los derechos laborales y de seguridad social en virtud de la legislación vigente, la humanización del trabajo, independientemente de la documentación.
50	Crear un defensor del pueblo u otro mecanismo de atención ciudadana directa, exclusiva para ayudar y asesorar a los casos de violación de los derechos humanos de los migrantes.
51	Califique y sensibilizar a las instalaciones públicas para atender a inmigrantes y refugiadas víctimas de violencia de género, obstétrica, la familia, el trabajo doméstico, sexual, económica, entre otros, respetando la diversidad cultural, religiosa y sexual, garantizando la aplicación de la Ley Maria da Penha para todas las mujeres migrantes; desarrollar materiales en varios idiomas, con una amplia distribución y asistencia jurídica especializada; garantizar el acceso a la vivienda para las mujeres en situación de riesgo; incluir parto humanizado para las mujeres migrantes, mediante la creación de casas de parto; respetar y fomentar la apreciación de la multiculturalidad y la ascendencia de las culturas.
52	Crear un mecanismo permanente para la concesión de la protección humanitaria de las personas en situación de vulnerabilidad que no caigan en dentro de la definición de refugiado.
Eje V: Participación Social y Ciudadana, Transparencia y Datos	
53	Apoyar a la PEC 347/2013: propuesta de enmienda constitucional al derecho de voto y de candidatarse ("ser votado") en los procesos políticos para todos los inmigrantes.
54	Adquisición del derecho a votar y ser votado por los inmigrantes con dos años (o más) de residencia permanente, el reconocimiento pleno de los derechos políticos de los inmigrantes con derecho a votar , ser elegidos, y para organizarse en sindicatos .
55	Establecer un Comité Municipal de Inmigrantes, con una representación mayoritaria de los inmigrantes, con la participación de las organizaciones locales del tercer sector que trabajan en el tema.
56	Crear un mecanismo para reunir, representar y conectar a las instituciones organizadas por los migrantes con el propósito de intercambiar experiencias y mejores prácticas como las acciones para mejorar la vida de estas comunidades, lo cual actúe en la difusión de las actividades culturales y pueda servir de plataforma de formación para el desempeño de cada organización con el fin de contribuir a la capacitación de los servidores públicos en general sobre las cuestiones de los migrantes.
57	Revisar proceso de cambio y procesamiento de facilitación de visados y anular la necesidad de abandonar el país para su procesamiento. El proceso para toda la documentación de extranjeros de los procedimientos debe ser transparente, detallado, escrito en varios idiomas y estar disponible en la entrada de los organismos competentes de otros medios de comunicación y en la versión en línea. Cada decisión de rechazo debe ser pública y motivada. Asegurar que los procesos de selección no requieran documentación excesiva o poco práctica como un medio para prohibir, obstaculizar o impedir la participación de los migrantes.

Propositions finales de la 1e Conférence Municipale de Politiques pour les Immigrants à São Paulo	
(Aménagés selon les axes de COMIGRAR)	
#	Axe I: Égalité de Traitement et d'Accès aux Services et Droits
1	Élaborer une politique de service public pour les immigrants au sein du réseau de l'aide sociale de la municipalité, les centres d'accueil et les établissements publics ainsi que d'assurer son maintien.
2	Qualification pour l'attention aux immigrés, réfugiés, demandeurs d'asile, titulaires de visas humanitaires et migrants sans-abri aux centres de référence pour l'aide sociale (CRAS), aux régions dans lesquelles ces communautés sont présentes, en réservant les quotas de soins et prestations notamment pour l'attention aux migrants sans-abri et détenues, toujours respectant leur diversité culturelle et sexuelle.
3	La mise en œuvre des politiques publiques d'Assistance Social et économique spécifique pour les migrants comme l'obtention du bénéfice LOAS, du programme d'accès à revenu, logement, éducation, billet unique de transport gratuit, en particulier pour les personnes en situation de visa humanitaire et les réfugiés.
4	Débureaucratisation et une plus grande flexibilité dans les bureaux de notaires, chambres de commerce, de la police, de la Police Federal et autres organismes en ce qui concerne la reconnaissance des documents d'immigrants.
5	Standardiser les procédures de délivrance des visas, d'autorisation et de la délivrance des documents afin de rendre plus efficace à la bureaucratie existant et former les serveurs dans tous les secteurs et niveaux de gouvernement (municipal, régional, fédéral) au regard de la question migratoire, y compris l'apprentissage des langues étrangères.
6	Assurer l'accès des migrants aux programmes sociaux existants par la débureaucratisation dans l'accès aux documents nécessaires.
7	Adopter un document officiel de l'émission des demandes de visa dans un certificat général que contenant les données personnelles du (de la) demandeur et un numéro de protocole, délivré immédiatement et valable dans tout le pays, afin de mettre fin aux formats précaires des protocoles actuels.
8	Assurer orientation et attention pour l'obtention de toutes sortes de documents dans organismes civils décentralisés et accessibles dans les villes et les états-fédérés.
9	Exonérer ou réduire les frais administratifs afférents aux immigrants pour éviter les intermédiaires et garantir ses droits. Assurer le droit à régularisation à ces qui ont eu des épisodes de conflit avec la loi.
10	Accélérer le processus de régularisation de la migration à l'aide des professionnels des domaines des droits de l'homme, dans tous les organes, pour réduire le temps d'attente.
11	Promouvoir l'égalité des droits pour les immigrants permanents, en particulier dans l'obtention des remplacements de documents, de sorte qu'ils peuvent être retirés dans les organismes civils décentralisés et accessibles dans les villes et d'états-fédérés avec les mêmes frais et les délais de livraison que pour les Brésiliens.
12	Créer un organisme civil national présent dans toutes les unités de la fédération, responsables de la mise en œuvre de la politique nationale sur l'immigration, remplaçant la police fédérale. Cet organe devra assurer le bien-être et de la coordination rapide du processus documentaire des immigrants et des réfugiés, la création de mécanismes d'attention directe et en ligne et la mise de une date limite pour les réponses.
13	Présence urgente de traducteurs et d'interprètes des principales langues des immigrés dans les unités de soins de santé de la municipalité où il y a une présence importante des immigrants qui y vivent ou travaillent.
14	Incorporer des propositions pour les immigrants approuvées par la 17e Conférence Municipale de la Santé de São Paulo dans les politiques publiques aux niveaux local, régional et fédéral de la Santé.
15	Assurer l'accès des enfants, des jeunes et des adultes migrants et réfugiés chez l'école publique, à tous les niveaux, sans l'exigence d'un document d'identité au Brésil: par le moyen de la débureaucratisation dans la reconnaissance des diplômes et des activités scolaires dans le pays d'origine (y compris le nationale qui a étudié à l'étranger); favoriser la participation des immigrants et des réfugiés dans les commissions scolaires, l'adaptation des horaires à la réalité vécue par les immigrants (cas de l'Éducation des Jeunes et des Adultes, par exemple); combattre la xénophobie et le racisme par le moyen de la valorisation de la culture d'origine des élèves; engagement effectif du Secrétariat pour l'Éducation Municipale avec ce thème.
16	Standardiser, simplifier et normaliser les procédures, à l'échelle nationale, pour la reconnaissance des diplômes étrangers dans les organes, y compris les établissements d'enseignement publics et privés, établir une procédure de régularisation urgente et immédiate pour tous les étudiants étrangers.
17	Création d'un réseau de professionnels, consultants et collaborateurs dans divers domaines (tels que la santé, l'éducation, traduction, etc) parmi les résidents et les immigrants nationaux qui peuvent être contactés pour aider dans l'attention des immigrants dans les organes compétents des niveaux locaux, provinciaux et fédéraux.
18	Respecter les accords avec le ministère du Travail et créer dans les Subprefeituras l'espace d'attention pour les migrants.
19	Adopter une législation nationale pour la protection des apatrides et un statut réglementaire de l'apatridie.
20	Approuver une nouvelle loi fédérale des migrations, fondée sur les droits de l'homme, avec l'unification des Projets de Loi n° 5655 \ 2009 et 288\2013, sous réserve de la procédure déjà fait. Assurez-vous également de la ratification de la Convention des Nations Unies pour les droits des travailleurs migrants et de leurs familles.
21	Assurer que toutes les personnes migrantes aient le droit de travailler et d'étudier quel que soit le type de visa d'entrée au Brésil ou de la manière dont ils sont arrivés ici, et que tout transformation de visa soit possible sans quitter le pays.
22	Création d'une organe pour recevoir les denonnes des immigrants (Ouvidoria) et aussi de soutenance et orientation aux immigrants (dans les pôles d'attention des Subprefeituras) avec des professionnels des domaines sociaux (services sociaux, droit, pédagogie, psychologie, entre autres) pour l'orientation, la formation pour le travail, le renvoi à d'autres services publics et aux ONG travaillant dans le domaine de l'immigration.
	Axe II: l'Inclusion sociale, économique et productive
23	Délivrer le document immédiatement après l'arrivée au Brésil, car le protocole rendue actuellement ne garantit pas l'accès au marché du travail.
24	Qui soit émis et remis à tous les migrants, immédiatement, une certification en garantissant l'accès au travail, le système bancaire et des établissements d'enseignement.
25	A partir d'une cartographie locale de la présence immigrant, reconnaître les unités de santé de base (UBS) et d'autres services de santé comme interculturelle, assurant la participation des immigrants, des réfugiés et des demandeurs d'asile dans leurs conseils de gestion, permettant l'embauche de travailleurs de la santé des immigrants, de la distribution matériel pédagogique dans plusieurs langues pour former la conscience de la population et des travailleurs.
26	La formation professionnelle des immigrants avec les institutions existantes et l'articulation avec les établissements d'enseignement qualifiés, en permettant l'instruction par l'acquisition de connaissances générales (d'affaires et du droit), permettant la mobilité sociale des immigrés, en utilisant, par exemple, le projet pilote entre SEBRAE et Consulat de Peru, et garantissant l'assouplissement de la documentation requise pour les cours.
27	Assurer l'accès à l'éducation et à la permanence dans les lieux de l'éducation des immigrants ayant un handicap, en pleine conformité avec la législation nationale existante.
28	Modifier la législation existante afin de s'assurer que les étudiants étrangers peuvent s'engager dans une activité rémunérée.
29	Effectuer la cartographie des communautés de migrants dans la municipalité de São Paulo, en tant que source de données pour les politiques publiques.
30	Ajouter au recensement et d'autres mécanismes de cartographie appliqués par l'IBGE, l'enquête sur la population migrant.
31	Faciliter l'obtention de visas de travail pour les réfugiés et demandeurs d'asile, ainsi que le refuge devient vraiment une protection de l'individu et non quelque chose utilisé pour contrebalancer la diplomatie.
32	Créer des agences de l'emploi, qui ont dans son réseau, aillent seulement les entreprises certifiées pour guider les travailleurs migrants en quête de travail. Le nombre d'agences devra être proportionnelle au nombre d'immigrants installés dans des endroits où ils se concentrent.
33	Énumérer toutes les institutions publiques qui s'occupent des immigrants et de promouvoir la construction d'un réseau pour la diffusion de l'information et des campagnes, par écrit, les médias virtuels et de télévision sur la question de l'immigration.
34	Délivrer le Carnet de Travail à tout (la) migrant, indépendamment d'avoir le protocole d'asile ou visa. Son expédition devra être décentralisée aux organes municipales et de l'État-fédéré.
35	Assurer que le cours de Portugais pour les étrangers soit donnée largement, en impliquant toute l'éducation publique de forme capillaire. En outre, offrir des cours de formation / formation en langues étrangères pour les agents publics, leur permettant une formation pour une meilleure attention aux immigrants.
36	Créer des centres de langues, en particulier pour l'enseignement du portugais aux étrangers, dans les 32 Subprefeituras de São Paulo.
37	Créer des centres de référence pour l'étude des migrations aux niveaux municipal, des États fédérés et de la Fédération, afin de favoriser la recherche la plus diversifiée sur le sujet, en plus d'accumuler des données qui pourraient contribuer à l'élaboration de politiques spécifiques pour cette population.
	Axe III: la citoyenneté culturelle et la reconnaissance de la diversité
38	Créer une Coordination pour la culture des immigrants dans le Secrétariat Municipale de Culture pour obtenir orientation et subventions aux ses projets culturels ainsi que la création d'appels publics spécifiques pour ses projets culturels

39	Assurer, améliorer et contempler la diversité linguistique, y compris la langue des signes, dans les programmes scolaires de l'enseignement primaire et secondaire, en respectant la migration locale à travers de: ouverture des concours publics pour les enseignants et les professeurs de langues et de langue des signes, assurant son enseignement et son apprentissage; création de bibliothèques et cinémathèques multilingues avec des livres et divers matériaux; et insertion des professionnels immigrants à travers un système d'évaluation professionnelle.
40	Promouvoir la formation permanente des responsables des services publics pour l'interaction avec la diversité culturelle et linguistique à travers des partenariats avec des groupes de recherche sur l'immigration et cultures migrantes existants, consulats et associations des migrants.
41	Concéder des espaces dans la ville pour accueillir des associations d'immigrés avec des projets culturels.
42	Réserver du espace dans le spectre radioélectrique pour les médias de migrants dans, avec une réserve de budget pour soutenir ces médias.
43	Possibiliter l'intégration des groupes culturels des migrants de différents pays dans les politiques de développement culturelle a travers de: l'ouverture d'appels publics pour promouvoir la production culturelle et intellectuelle des migrants et élargir les programmes de subventions en vigueur, la reconnaissance et à la divulgation par toutes les sphères de gouvernement, les événements de groupes de migrants au sein de l'agenda culturel de la ville, la reconnaissance et la réglementation des foires culturelles immigrants comme juste Coimbra Rua, Kantuta, Patujú, Penha et autres.
44	Reconnaître et valoriser la présence des immigrés en provenance de pays africains dans l'établissement des mécanismes visant à renforcer l'application des lois 10.639/2003 qui modifie la loi du Directives et Bases (LDB) de l'éducation brésilienne, pour l'appréciation des cultures africaines et la lutte contre le racisme, la xénophobie et toutes les formes de discrimination.
45	Faciliter les règles pour permettre la participation de groupes et personnes immigrants dans les projets de loi visant à favoriser la culture.
46	Ouvrir des espaces dans les médias publics (par exemple les chaînes de télévision publiques) aux attractions à thème migrant effectué par les communautés de migrants, ainsi que encourager les médias communautaires de migrants déjà existants (journaux, périodiques et les stations de radio).
47	Qualification, sensibilisation et formation des professionnels des services publiques de différents secteurs (santé, éducation, sécurité, etc) pour les droits des immigrants et le respect de la culture de ceux-ci, évitant ainsi la xénophobie, l'intimidation, le racisme et la discrimination de toute sorte.
Axe IV: Approche et Violations des Droits de l'homme et les Moyens de Prévention et de Protection	
48	Promouvoir la discussion et l'orientation sur le esclavage moderne. Divulgation sur les droits du travail des immigrants dans les réseaux sociaux, les réseaux d'emplois et les radios communautaires. Requalification professionnelle avec preparation pour l'Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), le "vestibular", l'accès aux écoles techniques et les universités.
49	Reconnaître et valoriser le travail des femmes et des hommes migrants, en assurant les droits de travail et de la sécurité sociale d'acord à la législation actuelle, et l'humanisation du travail indépendamment de la documentation.
50	Créer une "Ouvidoria" (ombudsman) ou un autre mécanisme de attention directe d'aux citoyens, exclusif pour aider et conseiller les cas de violation des droits de l'homme des migrants.
51	Qualifier et sensibiliser les établissements publics pour s'occuper des femmes immigrantes et réfugiées victimes de violence de genre, domestique, obstétrique, sexuelle, économique, dans la famille, le travail, entre autres, en respectant la diversité culturelle, religieuse et sexuelle, en veillant à l'application de la loi Maria da Penha pour toutes les femmes migrantes; préparer des documents en plusieurs langues avec une large distribution et d'assistance juridique spécialisée; assurer l'accès au logement et aux abris pour les femmes à risque; inclure l'accouchement humanisé pour les femmes migrantes, par la création de maisons d'accouchement et la diffusion de l'existence de ces maisons; respecter et encourager l'appréciation du multiculturalisme et de l'histoire ancestral des cultures.
52	Créer un mécanisme permanent d'octroi de la protection humanitaire pour les personnes en situation de vulnérabilité qui ne relèvent pas de la définition d'un réfugié.
Axe V: la participation sociale et citoyenne, la transparence et données	
53	Soutenir la PEC 347/2013: proposition de modification de la Constitution pou l'octroi du droit de vote et de se candidater ("être voté") dans tout les processus politiques pour les immigrants.
54	Acquisition du droit de voter et d'être élu pour les immigrants avec deux ans (ou plus) de résidence permanente, la pleine reconnaissance des droits politiques des immigrés ayant le droit de voter, d'être élu, et à s'organiser en syndicats.
55	Mettre en place un Comité municipal des immigrants, avec une représentation de la majorité des immigrants, avec la participation des organisations locales du troisième secteur qui travaillent sur la question.
56	Créer un mécanisme permettant de réunir, rendre compte et connecter tous les établissements organisés par les migrants dans le but d'échanger des expériences et des meilleures pratiques sur des actions pour améliorer la vie de ces communautés, agissant dans la diffusion des activités culturelles et servent de plate-forme de formation sur l'activité de chaque organisation afin de contribuer à la formation des fonctionnaires en général sur les questions de migrantes.
57	Démander la révision des processus de sollicitation et de transformation des visas pour sa facilitation et pour la révocation de la nécessité de quitter le pays pour le traitement. Le processus pour tous les documents étrangers doit être transparent, détaillé par écrit en plusieurs langues et mis à disposition à l'entrée des organismes compétents, en ligne et d'autres médias. Toute décision de refus doit être public et motivé. S'assurer que les processus de sélection ne nécessitent pas de documentation excessive ou irréaliste comme un moyen d'interdire, d'entraver ou empêcher la participation des migrants.

Final Proposals from the 1st Municipal Conference on Policies for Immigrants in Sao Paulo	
(organized according to the COMIGRAR axis)	
#	Axis I: Equality of Treatment and Access to Services and Rights
1	Creating a public policy that assures immigrant's access to the city's social service network, such as foster homes and public equipments, as well as ensuring its maintenance.
2	Qualification towards the assistance to immigrants, refugees, asylum seekers, humanitarian visa holders and homeless migrants within the Reference Centers for Social Assistance (CRAS), in areas where such communities are present, by reserving their assistance quotas and benefits, including attention to the homeless and captive population, and respecting their cultural and sexual diversity.
3	Implementing Social Assistance and economic public policies specifically for migrant persons, such as LOAS benefits, access to income programs, housing, education, free transportation, especially to those migrants in situations of humanitarian visa and refuge.
4	Assuring the debureaucratisation and flexibility of notary's offices, trade boards, police stations, the Federal Police along with other important institutions, when it comes to the recognition of immigrant's documents.
5	Standardizing visas and other documents' authorization and issuance procedures, in order to improve bureaucracy effectiveness and also to empower servers in all sections and levels of government (municipal, state, federal) in the migratory issue, including learning other languages.
6	Assuring immigrants access to existing social programs through debureaucratisation towards their access to required documents.
7	Adopting a certificate that contains the applicant's personal data, as well as its protocol number as an official document for visa issuing, in order to end up with the precarious current protocols. This certificate should be issued immediately and also be valid all over the country.
8	Ensuring counseling and attendance for immigrants to obtain all kinds of documents through decentralized and accessible civilian agencies in cities and states.
9	Exempting or reducing the administrative fees charged from immigrants to avoid middlemen and secure their rights. Also, to ensure the regularization right to those people who had skirmishes with the law.
10	Accelerating immigrants' regularization process with the help of interns in the areas of human rights, in all instances, so as to reduce the waiting time.
11	Promoting equal rights for permanent immigrants, especially in obtaining duplicate documents, so that they are available in decentralized and accessible civilian agencies in cities and states. The fees and shipping time should be equal to those applied for the Brazilians.
12	Creating a national civilian agency, present in all federation units, to be responsible for implementing the national policy on immigration and replacing the Federal Police. This body should ensure the welfare and fast coordination of the documentary process of immigrants and refugees, creating mechanisms for personal and online assistance and setting deadlines for responses.
13	Making sure that there are translators and interpreters – who are able to translate the most spoken languages - working in health centers in the city to assist immigrants. These professionals would be required in those centers with the greatest presence of immigrants.
14	Incorporating proposals for immigrants achieved by the São Paulo's 17th Conference of Municipal Health in municipal, state and federal health public policy.
15	Ensuring the access of children, young and adult immigrants and refugees in the public school system, at all levels, without the requirement of an identity document in Brazil: cut through the bureaucracy in diplomas recognition and school activities from the country of origin (including nationals who have studied abroad); fostering the participation of immigrants and refugees in the school boards; adaptation of schedules to the reality experienced by immigrants (case of youth and adult education, for example); combating xenophobia and racism from the valuation of culture of origin of students; effective commitment of the Municipal Education with this theme.
16	Standardize and simplify procedures for the recognition of foreign diplomas in the corresponding bodies nationwide, including in public and private educational institutions; establishing urgent and immediate procedure for all foreign students regularization.
17	Creating a network of professional consultants and employees in various areas (such as health, education, translation, etc.) among national and immigrants residents who can be contacted to assist in the care of immigrants in the competent departments of local, state and federal levels.
18	Complying with the Ministry of Labor's agreements and creating an immigrants care space in the city's boroughs.
19	Adopting national legislation for the protection of stateless people and regulatory status of statelessness.
20	Approving a new federal law of migration, based on human rights, through the unification of the Draft Law numbers 5655/2009 and 288/2013, without compromising the proceedings already finished. Also ensuring the ratification of the UN International Convention on the Protection of the Rights of All Migrants Workers and Members of Their Families.
21	Ensure every migrant person the right to work and study regardless the type of entry visa for Brazil or the way in which one has arrived here, and that all processing of visa is possible without leaving the country.
22	Creation of an ombudsman place and also support service and guidance to immigrants (in poles of care in boroughs) with professionals in social areas (social services, Law, Pedagogy, Psychology, among others) for the orientation, training for work, referral to agencies, public services and NGOs working in the immigration issue.
	Axis II: Social, Economic and Productive Inclusion
23	Granting access to documentation immediately after arrival in Brazil, because the current expedited protocol does not guarantee an access to the labor market.
24	That be issued and delivered to all migrants, upon request, certification ensuring access to work, banking and educational institutions.
25	From the local mapping, recognize the Basic Health Units (UBSs) and other health services as intercultural, ensuring the participation of immigrants, refugees and asylum seekers in their management councils, enabling the hiring of health workers immigrants, distribution educational materials in several languages and with awareness of the population and (the) workers (es).
26	Professional training of immigrants within existing institutions and articulation with qualified educational institutions, which enables the instruction through the acquisition of general knowledge (Business and Law), enabling social mobility of immigrants, using as an example the pilot project between SEBRAE and the Peruvian Consulate, easing the required documentation for the courses.
27	Ensuring immigrants' access to education and residence in places of education of immigrants with disabilities, in full compliance with existing national legislation.
28	Modifying current legislation to ensure that foreign students can engage in remunerated activity.
29	Mapping migrant communities in the municipality of São Paulo, as a data source for public policy.
30	Add to Census and other mechanisms applied by the IBGE a survey mapping of the migrant population.
31	To ease the process for obtaining work visas by refugees and asylum seekers, so that the refuge becomes in fact a protection of the individual and not something to counterbalance diplomacy.
32	Creating employment agencies, which have in your network only certified firms to guide migrant workers in search of work. The number of agencies should be proportional to the number of immigrants established at the places where they are concentrated.
33	Mapping all public institutions that serve immigrants and promote the construction of a network for the dissemination of information and campaigns, through written, virtual and television media over the immigration issue.
34	Granting Labour Charter (CTPS) to every migrant, regardless of protocol refugee claim or visa, whose expedition should be decentralized to municipal and state agencies.
35	Ensuring the course of Portuguese for foreigners be broadly given, involving all public education capillary form. Also, ensure training course / training in foreign languages for public employees, enabling them to care for immigrants.
36	Building language centers, especially for teaching Portuguese to foreigners, the 32 boroughs of São Paulo.
37	To create a referral center for migration studies at the municipal, state and federal levels, in order to foster the most diverse research on the subject, besides accumulating data that could contribute to the development of specific policies for this population.
	Axis III: Cultural Citizenship and Recognition of Diversity
38	Creating an Immigrant Culture Coordination at the Municipal Bureau for Culture in order to advise and subsidize cultural projects, as well as creation of specific cultural projects notices.
39	Ensuring, enhancing and contemplating the linguistic diversity, including Libras language in school curricula of elementary and secondary education, respecting local migration through: open competition for teachers and teachers of foreign languages and pounds, ensuring teaching and learning; creation of libraries and multilingual film libraries with books and various materials; integration of immigrant professionals through a system of professional evaluation.
40	Promoting continued education to train those responsible within public services for the interaction with the cultural and linguistic diversity through partnerships with research groups over immigration and existing consulates and migrant associations agents migrant cultures.

41	Assign spaces in the city to host immigrant associations with cultural projects.
42	Reserving spaces in the radio spectrum for migrant media, with budget reserve to support them.
43	Enabling the cultural inclusion of migrants groups from different countries through cultural policies for development through: opening announcements to promote cultural and intellectual production of migrants and expand existing incentive programs, recognition and disclosure by all spheres of government, the events of migrant groups within the cultural agenda of the city; recognition and regulation of cultural immigrant's fairs, such as Rua Coimbra, Kantuta, Patujú, Penha and others.
44	Recognizing and value the presence of immigrants from African countries to establish mechanisms to strengthen law enforcement 10.639/2003 amending the Law of Guidelines and Bases (LDB) in Brazilian education, appreciation for African cultures and combating racism, xenophobia and all forms of discrimination.
45	Flexible rules to enable the participation of immigrant groups and people in the bills to foster culture.
46	Open spaces in public media (eg public TV channels) to themed attractions migrant performed by migrant communities, as well as encouraging existing migrant community media (newspapers, periodicals and radio stations).
47	Qualification, sensitization and training of professionals and the public services of different sectors (health, education, security, etc.) as to the rights of immigrants and respect the culture of these, thus avoiding xenophobia, bullying, racism and discrimination of any kind.
Axis IV: Approach and Violations of Rights and Means for Prevention and Protection	
48	Promoting discussion and guidance on slave labor. Promotion of immigrants' labor rights through social and labour networks as well as through community radios. Retraining in preparation for the National High School Exam (ENEM), access to technical schools and universities.
49	Recognizing and valuing the migrant work of both women and men, ensuring labor and social security rights under current legislation, humanizing the work regardless of documentation.
50	Creating an ombudsman or other mechanism of direct citizen service, exclusive to help and advise cases of violation of human rights of migrants.
51	To qualify and to sensitize the public facilities to care for immigrant and refugee women who have been victims of gender, domestic, obstetric, sexual, economic, family, work, among other types of violence, respecting the cultural, religious and sexual orientation, ensuring the application of Law Maria da Penha for all migrant women; to prepare materials in several languages with a wide distribution and specialized legal assistance; ensure access to shelter and housing for women at risk; include humanized delivery for migrant women, by creating homes of delivery and dissemination of houses; respect and encourage the appreciation of multiculturalism and ancestry of cultures.
52	Creating a permanent mechanism for granting humanitarian protection for people in vulnerable situations that do not fall under the definition of a refugee.
Axis V: Social and Citizen Participation, Transparency and Data	
53	Support the PEC 347/2013: proposal for a constitutional amendment to voting rights for all immigrants and the right applications ("to be voted for") and political processes.
54	Acquisition of the right to vote and be voted for by immigrants with two years (or more) of the right to permanent residence, full recognition of the political rights of immigrants with the right to vote, be elected, and to organize into unions.
55	Establish a Municipal Committee of Immigrants, with majority representation of immigrants, with participation of local third sector organizations working on the issue.
56	To create a mechanism that brings together, accounts for and connects the institutions which are organized by migrants towards the common purpose of exchanging experiences and best practices as actions to improve the lives of these communities, acting in the dissemination of cultural activities and serve as a training platform on the role of each organization in order to contribute to the training of public servants in general on issues of migrants.
57	Require the revision process of processing and processing of visa facilitation and seeking its revocation of the need to leave the country for processing. The process for all foreign documentation of procedures should be transparent, detailed written in several languages and made available at the entrance of the competent bodies in other media and online version. Every decision of refusal must be public and motivated. Ensure that selection processes do not require excessive documentation or impractical as a means to prohibit, hinder or impede the participation of migrants.